



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

LOUISE NUNES DA ROSA

**ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE
ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS CEGAS**

JAGUARÃO

2010

LOUISE NUNES DA ROSA

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS CEGAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pampa como requisito obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Licenciatura em Pedagogia

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em 21 de dezembro de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Ms. Bento Selau da Silva Junior

Orientador

Curso de Licenciatura em Pedagogia - Unipampa

Prof. Dr. Maria Catharina Pozzebon

Curso de Licenciatura em Pedagogia - Unipampa

Prof. Dr^a. Cristina Pureza Duarte Boéssio

Curso de Licenciatura em Letras - Unipampa

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS CEGAS

Louise Nunes da Rosa¹

Resumo

Este artigo apresenta os resultados de uma investigação sobre o processo de alfabetização de crianças cegas, identificando as estratégias pedagógicas necessárias para esta prática. Para atingir os resultados desta pesquisa bibliográfica, foram utilizados os procedimentos metodológicos seguidos por Lima e Miotto (2007). A alfabetização é um processo muito importante para a formação de uma criança, seja vidente ou cega, e o que determina o sucesso deste processo são as estratégias utilizadas pelos pedagogos. Alfabetizar crianças cegas não difere muito de alfabetizar crianças videntes, mas é preciso adaptar o processo para suprir as limitações decorrentes da falta de visão. Faz-se necessário que os alfabetizadores tenham o devido conhecimento teórico para melhor prover sua prática, o que oportunizará aos cegos a possibilidade de independência e autonomia, elevando sua auto-estima e, principalmente, a conquista de espaços sociais por sua via competência acadêmica.

Palavra-chave: alfabetização; crianças cegas

O trabalho de investigação que se apresenta teve como objetivo compreender como se dá o processo de alfabetização de crianças cegas e identificar as estratégias pedagógicas necessárias para esta prática.

A motivação para realização desta investigação deu-se em função da aproximação com estudos relacionados à alfabetização no âmbito da Educação Especial. Esse interesse está vinculado, ainda, a experiência de ser mãe de uma criança cega e observar que, do município de Jaguarão (onde residimos) até 150km, não há pedagogos que possam alfabetizar cegos². Justamente essa necessidade observada fez com que se compreendesse que há necessidade de pedagogos que se importem com o processo de alfabetização de crianças com cegueira em Jaguarão, pois a Educação Especial ainda

¹ Acadêmica do Curso em Licenciatura em Pedagogia – Universidade Federal do Pampa. Turma 2007/1. Rua Augusto Leivas, 459 -Centro - Jaguarão - Cep: 96.300-000 - Tel (53) 91247431/ (53) 32618799- lousedarosa@hotmail.com.br

² Para ser alfabetizado e continuar o processo de escolarização, meu filho de dez anos precisa percorrer, diariamente, duzentos e oitenta quilômetros, correspondentes a ida e volta do município de Pelotas, único da região que conta com a presença de pedagogo que alfabetiza cegos.

apresenta algumas dificuldades, exatamente porque seus estudos implicam na exploração científica adequada por parte dos docentes.

A alfabetização de alunos com deficiência visual requer uma atuação pedagógica que atenda às especificidades das potencialidades e das dificuldades desses alunos. De acordo com Lima (2005), a aprendizagem de crianças videntes se efetiva por meio da participação dos sentidos, sendo a visão responsável pela ordem de 75% da percepção. Em face desse alto índice, a criança portadora de deficiência visual necessita de procedimentos pedagógicos específicos, pois exige requisitos diferenciados para o ensino que se possa fazer. Essa reflexão é aquela que indica que o ensino se dá por vias alternativas, já que a informação que não pode ser obtida por meio da visão.

O presente estudo será apresentado obedecendo a seguinte ordem: o caminho metodológico percorrido, alguns aspectos teóricos acerca da alfabetização de crianças videntes e cegas e, finalmente, as análises e considerações que irão finalizar este trabalho.

Método

Optou-se, neste estudo, pelos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica, que conforme Lima e Miotto (2007), oferecem ao pesquisador uma possibilidade na busca de soluções para o objetivo da pesquisa, implicando em um conjunto ordenado de procedimentos, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não é aleatório. Lima e Miotto (2007 p. 40) salientam que: “a pesquisa bibliográfica requer do realizador atenção constante aos objetivos propostos e aos pressupostos que envolvem o estudo para que a vigilância epistemológica aconteça”. O uso do trabalho metodológico das autoras se mostrou útil para a investigação que se levou a cabo.

O desenvolvimento do trabalho se deu através da exploração de fontes bibliográficas em materiais como livros, artigos e revistas eletrônicas. Para tanto, dividiu-se a metodologia em quatro fases:

A) Elaboração do projeto de pesquisa consistiu na escolha do assunto, do planejamento das ações que seriam tomadas, bem como das orientações recebidas, a fim de buscar respostas ao objetivo formulado.

B) Investigação das soluções (levantamento da bibliografia e levantamento das informações contidas na bibliografia): dentro dessa etapa, iniciou-se a coleta de

informações, adotando como parâmetro de delimitação para seleção de material os seguintes itens:

1. Levantamento do material bibliográfico: Tiveram-se como base as seguintes obras a serem consultadas: Almeida (1997; 2000), que apresenta o processo de alfabetização de cegos, bem como os métodos e procedimentos; Ferreiro e Teberosky (1985), que trazem à tona os procedimentos e métodos de alfabetização de crianças videntes; Barbosa (1992), que aborda a alfabetização de crianças videntes; Freire (1996) que mostra que a tarefa do educador, mesmo que prazerosa, exige preparo e comprometimento com o processo; Bechara e Ferreira (2000), que apresentam recursos didáticos na educação especial e também os problemas das crianças com deficiência visual; Bechara e Lemos (1996), Silva (2001), Marina (2003) e a revista Nova escola (2006), que acrescentam sobre o sistema Braille no Brasil; Falsarella (2004) que relata a formação continuada e a prática de sala de aula, bem como qualificação profissional do educador.

2. Levantamento das informações: a técnica utilizada para investigação das soluções está baseada fundamentalmente na leitura de cada material e o estudo das informações presentes no referencial teórico. Para tanto serão aplicadas:

2.1. Leitura de reconhecimento do material bibliográfico: realização de uma leitura rápida a fim de localizar e selecionar materiais que contenham informações que vão de encontro ao tema.

2.2. Leitura exploratória: leitura superficial que objetiva verificar se os dados selecionados realmente são relevantes para o estudo.

2.3. Leitura seletiva: através desta determinou-se o que de fato está relacionado com o tema e objetivos da pesquisa.

2.4. Leitura reflexiva ou crítica: realização de um estudo crítico do material a partir dos critérios determinados pelo ponto de vista do autor da obra, assim ordenando e resumizando as informações contidas.

2.5. Leitura interpretativa: este é o momento mais complexo, já que aqui se objetiva relacionar as idéias expressas na obra com o problema para a qual se buscam as respostas, ou seja, é um exercício de associação de idéias, transferência de situações, comparações de propósitos, liberdade de pensamento e capacidade de criação.

C) Análise explicativa das soluções objetiva relacionar as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta. Implica na interpretação das ideias do autor, acompanhada de uma inter-relação destas com o propósito do pesquisador.

D) Síntese integradora, que é o resultado das análises dos documentos com vistas à resolução do problema. Após análise do trabalho chegou-se às seguintes categorias: o processo de alfabetização focado no aluno vidente, alfabetização de crianças cegas, o papel do educador e o método para alfabetizar cegos. Na sequência, passa-se a discorrer especificamente sobre cada uma.

O processo de alfabetização focado no aluno vidente

Para entender o processo de alfabetização de crianças cegas, faz-se necessário entender, anteriormente, o processo de alfabetização de crianças videntes. A alfabetização é uma etapa percorrida por todas as crianças em idade escolar sejam elas videntes ou não. Os métodos utilizados podem ser os mesmos, sendo que para alfabetizar as crianças cegas são necessárias algumas adaptações. É necessário que o pedagogo possua um conhecimento teórico para desenvolver sua prática adaptando-a para suprir às limitações causadas pela deficiência visual. É através desses aspectos que compreendo a importância de um embasamento teórico que possa despertar e ao mesmo tempo que faça com que os educadores possam refletir sobre o assunto ampliando e enriquecendo sua prática.

Para dar início ao estudo do processo de alfabetização, é importante refletir que é esse um período da vida escolar em que acendem grandes dúvidas e merece cuidados especiais. Porém é um processo natural decorrente da curiosidade e da ação da criança, não apenas das videntes, mas também das crianças cegas, que deve ser aguçado pelo pedagogo por intercessão de diferentes gêneros textuais e de diferentes suportes. Por isso, é necessário oportunizar materiais que levem as crianças a aprenderem de forma mais ativa e, conseqüentemente, mais significativamente.

Nessa perspectiva, Ferreiro e Teberosky (1985) enfatizam que a alfabetização da criança não depende somente do método e de manuais. Segundo as autoras, cada criança busca construir seu conhecimento por meio da elaboração de hipóteses e do produto de conflitos cognitivos que permite a ela avanços em relação à aquisição a leitura e escrita.

Para Soares (1985), a alfabetização é um processo permanente, que se estende por toda a vida, que não se esgota na aprendizagem da leitura e da escrita. Faz parte da natureza humana a busca incessante por novos conhecimentos e esta busca permanente faz com que o homem produza também novos conhecimentos, sempre mediados pela

linguagem oral ou escrita. A criança vidente, ao ingressar no caminho da escrita, apropria-se dela antes mesmo de compreendê-la, devido os elementos da escrita estarem ao seu alcance nas mais diversas formas, estimulando sua imaginação e curiosidade.

Pode-se afirmar que a criança sem deficiência, ao entrar na escola, já está de algum modo inserida no mundo letrado, pois desde muito cedo tem contato visual com a leitura e escrita, o que é um facilitador para o processo de alfabetização. Imitando os adultos a criança revela o desejo inconsciente de escrever, começam com rabiscos e depois desenhos, que é uma fase importante de criatividade. O período de alfabetização é um período em que a criança se apropria conscientemente do sistema representativo da escrita. Verifica-se que esse processo de apropriação dá-se naturalmente e permeia todo o processo evolutivo da criança. É comum ver crianças ainda bem pequenas manuseando revistas, jornais, livros, calendários, etc. Uma caneta, um pedaço de giz, uma pedra de carvão, um graveto, transformam-se em instrumentos poderosos dos quais a criança lança mão para expressar suas concepções originais quanto à ação de escrever (ALMEIDA, 2001).

O alfabetizando vidente ao chegar à idade escolar, traz consigo uma vasta bagagem de saberes e conhecimentos passando por níveis, durante este período, que conforme Ferreiro e Teberosky (1985) são:

Pré-silábica: se expressa através do desenho não diferenciando das letras.

Silábico: uma letra para cada sílaba.

Silábico-alfabético: identificação de algumas sílabas corresponde entre letra, sílaba e som.

Alfabético: separação das palavras escreve como fala, correspondência com a pronúncia.

Ferreiro (1999, p. 47) afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é, na maioria dos casos, anterior à escola e que não termina ao finalizar a escola primária”. Por isso, a ação educativa requer uma sensibilidade por parte do educador para com o educando, considerando suas ações, dificuldades e desempenhos, pois o alfabetizando não é um indivíduo em estado bruto.

O alfabetizador tem a liberdade de trilhar por dois caminhos que levam a alfabetização de acordo com o fundamento teórico que optar. Conforme Barbosa (1992) são eles: **sintético:** seu ponto de partida é no estudo dos elementos da língua, letra, fonema, sílaba, considera o processo da leitura como um esquema somatório com a

soma dos elementos o alfabetizando aprende a palavra; **analítico**: parte dos elementos de significação da língua, palavra, frase, conto.

Por um lado, os dois métodos se opõem quanto às operações básicas que envolvem síntese e análise. Por outro, possuem algo em comum: para aprender a ler a criança precisa estabelecer correspondência entre som e grafia; a criança aprende a ler oralizando a escrita (BARBOSA, 1992). Para isso, é imprescindível que o professor encontre na criança suas reais potencialidades, respeitando sua cultura de origem e divida com ela o acervo acumulado desde o nascimento. Além dessa bagagem, o aluno traz também uma questão exclusiva, que igualmente deve ser analisada pelo professor.

É importante destacar que tanto a linguagem escrita quanto sua aprendizagem possui elementos que as tornam lógicas para o universo infantil, como sua forma de construir significados para o que se faz para o que se vê e para aquilo que se experimenta. O direito de ter acesso ao mundo da linguagem escrita e dele se apropriar não pode descuidar-se do direito de ser criança e há muitas maneiras de se respeitar estes direitos.

Alfabetização de crianças cegas

Para fins educacionais, conforme Selau, Kronbauer, Pereira (2010), ao se referir à deficiência visual está se fazendo menção às pessoas com *cegueira* (pessoas cegas), aquelas que apresentam desde a ausência total de visão até a perda da projeção de luz, sendo que seu processo de aprendizagem se fará através dos outros sentidos (tato, olfato, audição, paladar), utilizando o Sistema Braille como principal meio de comunicação escrita e o emprego de recursos específicos.

A preocupação deste estudo é com a alfabetização de crianças totalmente cegas ou que percebem apenas resquícios de luz, que nasceram cegas ou perderam a visão antes dos cinco anos e não tem a visão como padrão de referência para a alfabetização. A criança cega chega à escola com uma bagagem de conhecimentos adquiridos naturalmente ao meio em que vive. Entretanto para Almeida,

a criança cega não passa com tal naturalidade por essas experiências enriquecedoras. Falta-lhe a condição de imitar, acaba, por essa razão, não tendo reais oportunidades de aprendizagem. O ato da escrita tão simples e prazeroso para uma criança vidente transforma-se numa lacuna para ela nos primeiros anos de sua vida (2002, p. 22).

O ensino da linguagem escrita deve acontecer por meio de estratégias capazes de respeitar às características das crianças e do seu direito de viver plenamente esse momento da vida. Encontrar uma forma de ensinar capaz de respeitar o direito ao conhecimento e, ao mesmo tempo, a capacidade, o interesse e o desejo de cada um de aprender se constitui em uma provocação da Pedagogia para qualquer nível de ensino ou área de conhecimento.

Como a criança cega não tem a naturalidade da experiência do imitar o ato de escrever do vidente, ela tem certa desvantagem no momento da alfabetização. Assim, possui a necessidade de experiências físicas e contatos diretos com os objetos além da interação verbal com adultos e crianças do seu mundo social para aprenderem sobre o que lhes rodeia. Seu processo de alfabetização será mais intrincado, pois o contato com a leitura e a escrita ocorre tardiamente, sendo necessário um pouco mais de estimulação que oportunize seu desenvolvimento cognitivo e físico.

Um pré-requisito importante para amenizar as dificuldades da criança cega na alfabetização é o máximo de contato com materiais com diversas formas e texturas, com o objetivo de desenvolver seu sentido tátil tão necessário para o aprendizado do Braille, que é o sistema fundamental para alfabetizá-las.

Independentemente do caráter pedagógico adotado pelo alfabetizador de crianças cegas é necessário compreender que elas necessitam passar por um período preparatório, que compreende explorar o contato com material concreto para aguçar o tato onde as habilidades e capacidades sensoriais, motoras e cognitivas devem ser trabalhadas para facilitar o processo de alfabetização. Existem materiais para o desempenho eficiente no processo de ensino dos alunos cegos como, textos transcritos em Braille, gravador cassete, reglete, punção e soroban.

O sistema Braille é um modo de leitura e escrita tátil utilizado pelos cegos. Este sistema foi desenvolvido pelo francês Louis Braille (1804- 1852) que ficou cego ainda criança ao se machucar com uma ferramenta quando brincava no local de trabalho de seu pai (MARINA, 2003)

De acordo com Dias de Sá em entrevista a Gablaglia (2010), para a realização da escrita ou leitura em Braille, é necessário que a criança conheça convenções, assimile conceitos gerais e específicos, desenvolva habilidades e agilidades táteis. É essencial que a criança cega tenha um rigoroso preparo quanto a discriminação tátil, pois é através dela que o cego percebe o mundo e logo apropria-se do sistema da escrita.

É importante ressaltar que a discriminação tátil e motora substitui a discriminação visual e motora referente aos videntes, mas na verdade não se desenvolve o tato, que é um sentido próprio do ser humano: o que realmente ocorre é um acréscimo mais profundo da habilidade tátil na pessoa cega, pois essa habilidade vem preencher parcialmente o sentido da visão.

Faz-se necessário que o professor alfabetizador tenha como ponto de partida trabalhar o sentido tátil, usando a palma das mãos, os dedos, e as mãos em conjunto para explorar objetos. Estas noções são muito importantes para a percepção e reprodução das semelhanças e diferenças das combinações dos pontos que representam as letras. O tato, a destreza tátil e a coordenação manual precisam estar bem desenvolvidas, pois tanto a técnica da leitura quanto a escrita das letras dependem de movimentos sincronizados das mãos e da percepção tátil de diferenças, bem perspicazes.

O ensino do Sistema Braille acontece através de instrumentos como a reglete e o punção. A reglete consiste em duas placas de metal ou de plástico, fixadas de um lado por dobradiças, de modo a permitir a introdução do papel. Isso permite à pessoa cega escrever os pontos em relevo, pressionando o papel com o punção. Na reglete, escreve-se da direita para a esquerda, na sequência normal das letras ou símbolos, mas lê-se da esquerda para direita, como a escrita dos videntes.

O soroban é um instrumento matemático, manual, que se compõe de duas partes separadas por uma régua horizontal, chamada particularmente de “régua de numeração”. É utilizada pelo cego a partir do início da alfabetização e por toda a sua vida escolar e cotidiana.

O uso do soroban está previsto em lei, que de acordo com a portaria MEC nº 1.010, de 10 de maio de 2006 – Art. 1º Institui o Soroban como um recurso educativo específico imprescindível para a execução de cálculos matemáticos por alunos com deficiência visual (BASTOS, 2009).

Conforme Almeida (2002), a criança cega necessita ser trabalhada em todos os níveis: seu corpo e sua mente precisam estar integrados, constituindo um conjunto harmonioso de duas partes que têm de compatibilizar pensamento e ação. Assim o educador deve propor a criança a experimentar várias situações de aprendizagem, para que ela possa descobrir e reconhecer o universo a que pertence e se identifique como um ser capaz e completo.

Existem algumas semelhanças entre o processo de escrita dos videntes e o Braille. Para Almeida (2000) a principal semelhança é que as crianças com deficiência visual passam pelas mesmas etapas do processo de alfabetização que as crianças videntes, pelos mesmos conflitos cognitivos e têm o mesmo desejo de aprender, devendo, porém ser mais estimuladas.

São várias dificuldades existentes nesse processo de alfabetização da criança com deficiência visual, dentre os quais se podem citar a falta de material didático, falta de capacitação dos professores, contato tardio com a escrita, a não aceitação do deficiente e/ou dos familiares, os estereótipos designados por parte das escolas que julgam o deficiente como um ser incapaz de aprender.

Para Almeida (2000), é importante que o professor alfabetizador no sistema Braille conheça bem seu funcionamento. O Sistema Braille é de extraordinária universalidade: pode exprimir as diferentes línguas e escritas da Europa, Ásia e da África. Sua principal vantagem, todavia, reside no fato das pessoas cegas poderem facilmente escrever por esse sistema, com o auxílio da reglete e do punção. Permite uma forma de escrita eminentemente prática. A pessoa cega pode satisfazer o seu desejo de comunicação. A escrita Braille pode tornar-se tão automática para o cego quanto à escrita com lápis para a pessoa de visão normal. O símbolo também é primordial para a alfabetização das crianças cegas, elas precisam fazer a relação do conjunto de pontos que formam os caracteres do sistema Braille com os sons da fala, sem isso a criança não se alfabetiza.

Na pré-escola é fundamental que a criança tenha o máximo de contato com a escrita, assim como os videntes. Seus nomes devem estar ao seu alcance, em Braille e em alto relevo, facilitando sua familiarização com a escrita (ALMEIDA, 2002).

De fato o Sistema Braille representa muito mais que a conquista da linguagem escrita e lida, ou seja, da alfabetização. Para o cego, “alfabetizar-se em Braille significa ler o mundo que o cerca e conseguir libertar-se da prisão intelectual que está contida em milhares de páginas impressas em tinta ou manuscritos” (BARBOSA, 2009, p, 25).

O papel do educador e o método para alfabetizar cegos

Entende-se a prática do professor como um processo contínuo a ser aprimorado constantemente. Assim, a abertura para a autonomia profissional para o trabalho com

crianças cegas, exige o desenvolvimento de capacidades reflexivas em grupo, compartilhando os conhecimentos e os saberes que são obtidos através de formação institucional e de experiências alcançadas por meio da própria prática educativa.

Falsarella (2004) salienta que o docente não é apenas responsável por uma mera transmissão de conhecimentos, ele deve ser um formador e levar seus alunos a se entenderem como agentes em suas vidas e na coletividade. Não basta apenas ter boa formação teórica, deve tornar-se reflexivo e buscar aprendizagens coerentes com a alfabetização de cegos para poder aplicar os conhecimentos pertinentes na sala de aula e poder realmente ajudar aos educandos com essas qualidades visuais.

Percebe-se que a maioria dos professores, quando recebe um aluno deficiente visual em sua turma, sentem-se acuado, inseguro, com medo de errar, pois não possui formação efetiva e muitas vezes, não teve ainda experiência com alunos cegos em sua prática (ALMEIDA, 2002).

Quanto ao método mais eficaz para alfabetizar crianças cegas nota-se que ainda não existe um único método. O educador tem a liberdade de utilizar o método de alfabetização que julgar apropriado, considerando o estilo perceptivo do aluno.

O processo sintético tem por objetivo básico ensinar ao aluno o código ao quais os sons são convertidos em letras ou grafemas ou vice-versa, separando inicialmente a leitura e o significado. Decifrar o sistema Braille é uma decodificação de natureza perceptivo-tátil e não garante aprendizagem conceitual e interpretação necessária ao processo de leitura.

Por sua vez, no processo silábico ou alfabético as sílabas são combinadas para formar palavras. Em geral, quando se ensina por esse método, inicia-se por um treino auditivo, por meio do qual o aluno é levado a perceber que as palavras são formadas por sílabas ou por grupos consonantais. A partir daí, o aluno assimila a forma gráfica da sílaba a qual atribui o devido som. Nesse método apresenta-se, inicialmente, a família silábica e, em seguida, palavras, frases e textos. Para ambos os métodos deve-se propor conteúdos significativos adequados à idade, visto que a leitura é um instrumento de comunicação e de informação.

Não há um método pronto e infalível para educar uma criança cega. O professor precisa conhecer o aluno que tem diante de si sobre o qual reincidente sua atenção à ação pedagógica. No entanto, para alguns autores como Almeida (2002) e Campos (2007), o processo sintético é um dos processos que dá maior resultado para alfabetizar crianças cegas devido ao fato de partir da unidade para o todo, enquanto pelo processo analítico

parte do todo para unidade. Embora apresente algumas falhas o processo sintético pode ser usado com êxito pelos alfabetizadores, mas isto vai depender da competência e criatividade de cada um para transformar este processo em algo atraente e enriquecedor, sendo importante destacar a conduta do professor que determinará o significado e a importância do processo de alfabetização no cotidiano escolar de uma criança cega.

Assim, quando se ensina pelo método silábico onde as sílabas são combinadas para formar palavras, dá-se início a um treino auditivo, no qual a criança é levada a perceber que as palavras podem ser constituídas por sílabas simples ou por encontros consonantais. A assimilação do aluno acontece através da forma gráfica da sílaba que é atribuída por meio do som.

O importante é a criança perceber e entender a língua escrita, suas regras e suas convenções, saber sua função, ter interesse e desejo de aprender. Qualquer método precisa levar em conta o sujeito que aprende e considerar as hipóteses que ele faz sobre o objeto do conhecimento para que ele avance passo a passo na construção de seus próprios conhecimentos e para isso é necessário reconhecer o que a criança já sabe para poder a partir daí ajudá-la a progredir.

Sobre a quantidade de alunos cegos para serem alfabetizados, não há um receituário: a alfabetização pode ser ministrada individualmente ou em pequenos grupos. Porém, é importante ressaltar que, quando as crianças cegas estão reunidas em pequenos grupos para alfabetização (de até quatro crianças) elas se apóiam, interagindo umas com as outras (SELAU, KRONBAUER e PEREIRA, 2010). Independente do método utilizado, o educador deve procurar trabalhar com grupos de alunos, o que pode ser também um fator considerado fundamental para o desenvolvimento de capacidades sociais (SELAU, 2007).

Algumas considerações finais

As pessoas cegas buscam superar as limitações sociais causadas pela sociedade da visão, não por caridade de ninguém, mas através da adequada escolarização que as levem por um processo de formação que as impulsionem a devida competência profissional. Isso significa que, alfabetizar uma criança cega requer do pedagogo formação teórica e prática competente, adequada, racional, ressaltando ainda que é preciso estar disposto a enfrentar desafios e crescer com o que se faz.

Esses elementos indicam que a sensibilidade e a criatividade são indispensáveis na prática educacional do professor (FREIRE, 1996), este que deve perceber que a criança cega desenvolve, constrói e aprende com sucesso.

Entende-se que é imprescindível que o pedagogo busque constantemente a avaliação de sua prática, uma vez que é necessária a procura pela adequação dos procedimentos e recursos didáticos e pedagógicos, coerentes com a especificidade demandada pelo aluno.

A alfabetização de crianças cegas vai além de ensinar a ler e a escrever: é também por orientação do professor que essas crianças aprenderão a ler o mundo, o que proporcionará a elevação de sua auto-estima, a busca por sua independência e autonomia, oportunizando a elas, sobretudo, a conquista de espaços sociais por sua competência acadêmica.

Referências

ALMEIDA, Maria da Gloria. Fundamentos da alfabetização: uma construção sobre os quatros pilares. **Revista Benjamin Constant**, Ed. 22. 2002. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/nossos_meios/revistas>. Acesso em 16 de jul. 2010.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e leitura**. São Paulo. Cortez, 1992.

BARROS, Idalina Amélia; GRACY, Mary; LIMA, Silva. **Programa de formação continuada PCNs em ação: foco no desenvolvimento profissional do professor?** SEMEC/PMT. Disponível em: http://www.ufpi.br/mesteduc/eventos/ivencontro/GT2/programa_formacao_cont.pdf. Acesso em 18 ago. 2010.

BASTOS, Amélia Rota Borges. Marcos legais para a educação inclusiva. In: SELAU, Bento; HAMMES, Lucio. Jorge (org.). **Educação Inclusiva e Educação para a Paz: relações possíveis**. São Luis/MA: EDUFMA, 2009, 112p.

BECHARA, Jonir; LEMOS, Edison Ribeiro. O Sistema Braille no Brasil. **Revista Benjamin Constant**, Ed 02. 1996. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/nossos_meios/revistas>. Acesso em 12 de junho. 2010.

CAMPOS, Izilda Maria; SÁ, Elizabet Dias de; SILVA, Myriam Beatriz Campolina. Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado. **Deficiência Visual**. Inclusão escolar de alunos cegos e com baixa visão. Brasília: MEC/SEESP/ SEED. Brasília/DF, 2007

FALSARELLA, Ana Maria. **Formação continuada e prática de sala de aula: os efeitos da formação continuada na atuação do professor**. Campinas: Autores Associados. 2004.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo, SP: paz e terra, 1996.

GABAGLIA, Leonardo Raja. **Alfabetização de alunos usuários do sistema Braille**. Disponível em: <<http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/alfabetizacao-de-alunosusuarios-do-sistema-braille>>. Acesso em 15 ago. 2010.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev.Katál.**, Florianópolis, v.10, n. esp. p. 37-45, 2007.

MARINA, Neida. **Biografia de Louis Braille**. 2003. Disponível em: <http://www.nossosaopaulo.com.br>. Acesso em 13 de set. 2010.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula**. Porto Alegre: Evangraf, 2007.

SELAU, Bento; KRONBAUER, Carlise; PEREIRA, Priscila; Educação Inclusiva e Deficiência Visual: Algumas Considerações. **Revista Benjamin Constant**, Ed. 45. 2010 Disponível em: <<http://www.ibr.gov.br/nossos/meios/revistas>>. Acesso em 03 de set. 2010.

SOARES, Magda Becker. As muitas facetas da alfabetização. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 19 – 24, 1985.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros**, Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOME CONSIDERATIONS ON THE PROCESS OF BLIND CHILDREN'S LITERACY

ABSTRACT

This article presents the results of an investigation into the process of literacy of blind children, identifying the teaching strategies necessary for this practice. To achieve the results of this literature, we used the methodological procedures followed by Lima Miotto (2007). Literacy is a very important process for the formation of a child, whether sighted or blind, and what determines the success of this process are the strategies used by educators. Alphabetize blind children do not differ much from seers literate children, but we must adapt the process to overcome the limitations arising from lack of vision. It is necessary that the literacy teachers have adequate theoretical knowledge to provide best practice, which takes advantage of the blind the possibility of independence and autonomy, raising their self-esteem, and especially the conquest of social spaces for their academic competence pathway.

KEYWORD: literacy; blind children